

36^a Encontro Anual da Anpocs

GT06: Desigualdade e Estratificação Social

Cultura e Ensino Superior: o capital cultural como determinante do acesso ao ensino superior em Minas Gerais

Igor Adolfo Assaf Mendes¹

Bruno Lazzarotti Diniz Costa²

¹ Mestre em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor/pesquisador da Fundação João Pinheiro.

Cultura e Ensino Superior: o capital cultural como determinante do acesso ao ensino superior em Minas Gerais³

Igor Adolfo Assaf Mendes

Bruno Lazzarotti Diniz Costa⁴

Introdução

A influência das condições familiares sobre o sucesso acadêmico de seus filhos constitui um vasto campo de pesquisa nas ciências sociais, reunindo diversos autores e abordagens. Tem-se entendido nos estudos das últimas décadas que a desigualdade de oportunidades educacionais influencia a reprodução intergeracional das desigualdades sociais, por ser a educação importante meio de ascensão social e econômica. Galgar posições ocupacionais e de status mais valorizadas do que a dos pais se tornou possível, entre outros fatores, graças a um padrão de alocação de posições que recompensa a escolarização. A educação universal tornou-se, portanto, símbolo da igualdade de oportunidades. Igualar as oportunidades educacionais seria uma maneira de corrigir desigualdades de origem. No entanto, inúmeros estudos, como o de Fernandes (2001) e Silva (2002), parecem demonstrar que no Brasil, assim como em outros países, o sistema educacional reproduz as disparidades socioeconômicas herdadas. Dentre os vários mecanismos e fatores por meio dos quais as condições de origem constroem as oportunidades educacionais, este trabalho tem como objetivo verificar se há uma relação entre o acesso a níveis superiores de ensino e a frequência de atividades culturais consideradas de alta cultura entre jovens em Minas Gerais.

No Brasil, Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg têm realizado diversos estudos na área⁵, propondo modelos de análise e formas de inferência que permitem, com bastante precisão, entender as relações entre recursos familiares e educação. Basicamente trata-se de estimar as relações entre origem social e alcance educacional, ou seja, até onde indivíduos de origem social diferente podem chegar dentro do sistema de ensino formal. No entanto, a natureza, o conteúdo e intensidade dessas relações, bem como sua interação com as condições, processos e cultura escolares constituem um vasto campo de debate teórico.

³ A elaboração deste trabalho contou com o apoio da FAPEMIG a que os autores são gratos

⁴ Os autores agradecem os comentários do professor Sílvio Ferreira Júnior.

⁵ Conferir HASENBALG e SILVA (2002).

A abordagem principal deste trabalho será uma discussão a respeito das perspectivas teóricas sobre as influências de diferentes fatores provenientes do ambiente familiar em diferentes estratos sociais, particularmente hábitos culturais (uma dimensão do que Bourdieu define como capital cultural), e suas possíveis relações com o acesso ao ensino superior.

O papel da educação como fator de estratificação social tem sido destacado em diversos trabalhos e pesquisas da sociologia. Apesar de não ser possível afirmar que o bom desempenho escolar seja o único fator gerador de mobilidade social, há, nas sociedades modernas, uma relação significativa entre alcance educacional e classe social de destino. Portanto, apesar de não haver uma relação direta entre os dois fatores, o desempenho educacional oferece diversas possibilidades de desenvolvimento para os indivíduos, em especial para os oriundos de estratos mais baixos. O acesso ao ensino superior tem sido fator importante de diferenciação de status ou de classe, pois influencia as possibilidades ocupacionais que, por sua vez, determinarão o estrato social de destino. No entanto, na medida em que as condições escolares e fatores como competência e esforço individual não são os únicos – ou principais – determinantes das realizações educacionais, esta hipótese meritocrática de alocação de pessoas a posições revela-se problemática.

Diversos são os fatores externos à escola ou ao próprio sistema educacional que condicionam, influenciam ou limitam o alcance educacional de diferentes grupos sociais. A importância dos recursos familiares e o estrato ocupacional original dos pais dos indivíduos são comumente apontados como fatores relevantes na determinação da longevidade educacional. Porém, há certos traços de comportamento de classe apontados como importantes para o processo educativo, como certas práticas culturais (considerando a chamada alta cultura), que não têm recebido tanta atenção de pesquisadores. Segundo SCHERGER e SAVAGE (2010), a falta de trabalhos sobre as relações entre a cultura e mobilidade social (através da educação) se deve, em parte, à oposição entre os defensores da escolha racional e os autores que defendem uma aproximação da hipótese da importância do capital cultural na definição da estrutura social de classes⁶. O capital cultural, assim, parece não receber a mesma atenção que os

⁶ A corrente do capital humano e o funcionalismo educacional supõe que igualar as oportunidades de ensino seria uma forma de contornar as desigualdades herdadas da família. Por outro lado a teoria do

fatores econômicos e geralmente é medido nas pesquisas através da indicação da escolaridade dos pais e nada mais.

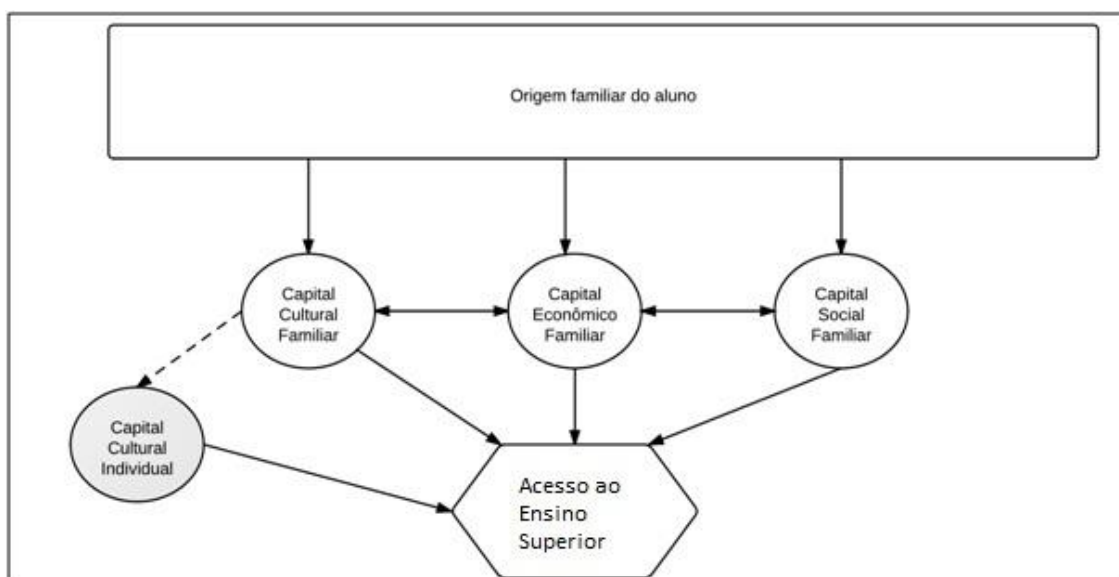
Como foi apontado anteriormente, a educação formal adquiriu crescente importância nas sociedades modernas, seja no âmbito da socialização, seja na determinação dos papéis sociais dos indivíduos. Se assim acontece, e tendo em vista que a escola não é o primeiro e nem o único ambiente de socialização frequentado pelos indivíduos, há fatores exteriores à escola que auxiliam na determinação da trajetória escolar? Portanto, a questão levantada é a seguinte: as condições externas à escola, em especial o contexto familiar, influenciam as realizações e o alcance educacional

Sendo assim, este trabalho pretende explorar a influência dos recursos familiares e dos hábitos culturais dos jovens no acesso ao ensino superior em Minas Gerais a partir da Pesquisa de Amostra de Domicílios de Minas Gerais, PAD/MG⁷. As informações levantadas foram agregadas por domicílio e representam os Recursos Familiares disponíveis para os jovens, recursos esses classificados em três tipos de capital: os capitais social, econômico e cultural. Acrescidos a estes recursos, há ainda o esforço de medir o capital cultural individual.

Dessa forma procurou-se estabelecer, após a aplicação de modelo de regressão logística proposto no artigo, as possíveis relações entre os determinantes dos Recursos Familiares e de capital cultural sobre o acesso ao ensino superior. Tais relações podem ser visualizadas no esquema da figura abaixo:

capital cultural entende que a cultura a qual os indivíduos estão sujeitos exerce influência no desempenho escolar, favorecendo alunos provenientes de famílias de classe alta. Segundo essa visão não seria possível para a grande maioria das famílias de classe baixa tomar decisões que as levem a valorizar estudos, pois estas não têm os instrumentos necessários.

⁷ A PAD/MG é uma pesquisa de amostra bial realizada pela Fundação João Pinheiro que consiste em informações relativas a 27278 domicílios mineiros e, segundo seu relatório metodológico “objetiva subsidiar o desenho e o monitoramento das políticas públicas por meio da produção de informações socioeconômicas” (Fundação João Pinheiro, 2010)



Recursos Familiares e desempenho educacional

O papel específico que o sistema escolar desempenha no processo de reprodução de desigualdades continua a ser objeto de pesquisas empíricas. É através do sistema escolar que as oportunidades sociais são distribuídas, e sendo que a “mobilidade social individual estando associada grosso modo às realizações educacionais das pessoas” (SILVA e HASENBALG, 2002), o sucesso ou fracasso dos indivíduos no sistema educacional está relacionado em parte com os recursos familiares disponíveis. Dessa forma, ocorre um processo de estratificação educacional: a seleção e socialização em relação à origem social dos indivíduos. Segundo Silva e Hasenbalg (2002), estratificação educacional “diz respeito à relação entre as características de origem socioeconômica dos alunos na entrada do sistema escolar e as características individuais observáveis na sua saída, bem como aos mecanismos através dos quais essa relação é estabelecida” (p. 70). Se efetivamente há uma relação entre os recursos familiares e o desempenho escolar, a melhora recente deste desempenho nas escolas brasileiras não tem a ver exclusivamente com a melhora do sistema de educação, mas também a uma melhora da situação das famílias no âmbito dos recursos disponíveis, a fim de facilitar a educação dos filhos. Isto não se dá exclusivamente com o aumento de renda, mas tem a ver também com aspectos demográficos como a redução do tamanho das famílias (queda da taxa de fecundidade) e

a migração para centros urbanos onde a oferta de recursos não financeiros é maior⁸. Tais recursos disponíveis são os chamados de Recursos Familiares.

Como foi salientado anteriormente, os Recursos Familiares são definidos como os recursos materiais e não materiais provenientes da família, os quais influenciam a qualidade do aprendizado e as oportunidades de permanência e progressão escolar. Tais recursos são de três ordens: (a) Capital Social; (b) Capital Cultural; e (c) Capital Econômico.

Desta forma optou-se neste trabalho por observar como essas três dimensões seriam importantes para a compreensão do acesso ao ensino superior, acrescida de uma medida de capital cultural individual⁹. A partir de informações sobre a população com idade entre 19 e 24 anos iremos comparar a frequência de matrícula do ensino superior, ou mesmo a sua conclusão com os dados referentes a seus domicílios. Essa faixa etária foi escolhida em função de uma propriedade da pesquisa da PAD/MG que perguntou a respeito de uso do tempo livre apenas para a população com idade entre 14 e 24 anos.

Metodologia

A fim de verificarmos a existência de desigualdades relativas à distribuição de recursos familiares, o capital cultural individual e o acesso ao ensino superior, as informações que serão apresentadas foram agregadas por domicílio e representam os Recursos Familiares disponíveis para os jovens que serão classificados em três ordens diferentes. Abaixo se apresenta uma breve definição dos recursos. Posteriormente serão dedicados itens para cada um dos recursos apresentando uma definição mais detalhada para cada um.

- (a) Capital Social: será medido através da composição familiar. Segundo SILVA (2003), “a própria forma como se constitui a família representa um recurso diferenciado que afeta a situação de seus membros”(SILVA, 2003, p. 38). Assim, a composição das famílias apresentará informações como o número de residentes no domicílio, a presença física do pai e da mãe;

- (b) Capital Cultural: será medido a partir da distribuição educacional entre os membros adultos do domicílio. Essa informação permitirá a comparação entre as diferentes gerações da família e uma avaliação da perpetuação ou não perpetuação das

⁸ Oportunidades de estudos, disponibilidade de serviços públicos e acesso a cultura intelectual.

⁹ A importância da criação de uma medida individual será abordada na metodologia.

desigualdades educacionais. Porém como os indicadores de capital cultural familiar não permitem averiguar como estes são transmitidos, e dado objetivo deste trabalho de verificar a influência de hábitos culturais no acesso ao ensino superior, medir-se-á também o capital cultural individual;

- (c) Capital Econômico: é constituído pelos recursos financeiros disponíveis. Será representado pela Renda Domiciliar Per Capita. Os valores permitirão a classificação dos domicílios por níveis de renda, oferecendo também uma medida aproximada dos recursos disponíveis para o investimento na educação dos jovens residentes no domicílio.

Depois de apresentados os dados referentes aos recursos familiares e feitas as primeiras comparações, procederemos à análise a partir de uma regressão estatística, para testar se há alguma relação entre os indicadores socioeconômicos e acesso ao ensino superior. As probabilidades resultantes do modelo indicam as chances de que um indivíduo qualquer, que apresente determinadas características, tenha acesso ao ensino superior. A fim de medir os efeitos do capital cultural individual, serão utilizados dois modelos de regressão. Um deles incluirá apenas as variáveis padrão, outro incluirá medidas de capital cultural individual, a fim de avaliar seus efeitos sobre os resultados.

O modelo de regressão é o seguinte:

$$\theta_i = \beta_0 + \sum_k (\beta_{ijk} X_{ijk})$$

Onde:

- θ_i é a probabilidade de que o i - indivíduo esteja atrasado ou cursando ensino superior;
- β_0 é a constante do modelo;
- X_{ijk} corresponde ao valor da k -ésima variável independente para aquele indivíduo;
- β_{ijk} são os parâmetros indicativos dos efeitos dessas variáveis sobre o logaritmo natural das chances acesso ao ensino superior.

Serão comparados dois modelos de teste de regressão: um primeiro (M1), utilizando apenas os recursos familiares e características pessoais sugeridos pela literatura e um segundo modelo (M2) onde será acrescida a medida de capital cultural individual sugerida por MENDES (2012).

Definição de Capital Cultural e a Importância de se Considerar uma Dimensão Individual

A perspectiva do Capital Cultural proposta por Bourdieu (2010 c) e Bourdieu e Passeron (2008), como alternativa à perspectiva meritocrática de alocação de classes, sugere que filhos de famílias com baixo nível de capital cultural por parte dos pais estão sujeitas a não compartilharem da cultura da classe dominante. Esta cultura seria composta por valores, hábitos, maneiras, formas de se expressar etc, que não são transmitidos pelo sistema de educação formal e sim pela educação do ambiente familiar¹⁰. O que ocorre é que a escola valoriza a cultura da classe dominante, que é manifestada mais facilmente por alunos provenientes das classes abastadas e de difícil compreensão para os que não compartilham da chamada alta cultura.

A fim de avançar mais sobre o conceito de capital cultural e sua importância para o rendimento escolar faz-se necessário abordar brevemente o conceito de *habitus* e a perspectiva de Bourdieu do capital cultural na sua composição.

O *habitus* tem papel central na compreensão da teoria da reprodução. Este conceito diz respeito a pré-disposições gerais de relação com as diversas esferas da vida social. De acordo com o autor, o *habitus* se incorpora naturalmente nas formas de agir e pensar, a partir das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo. Teria importância singular na aquisição dessas pré-disposições a socialização primária ou da primeira infância (0 a 6 anos de idade). Desta forma, os indivíduos adquirem um *habitus* relacionado às condições sociais nas quais estão inseridos (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 147).

Assim se explicaria não só a influência da estrutura sobre os atores, mas também a sua tendência a reproduzir tais estruturas. Ele seria “fruto da incorporação da estrutura e da posição social de origem no interior do próprio sujeito. No entanto, essa estrutura incorporada seria colocada em ação” (idem). O conjunto de disposições gerais que compõe o *habitus* “sugere” maneiras de agir diante de determinadas situações. É o *habitus* de classe que indica a disposição diante do sistema de ensino. As situações que diferem da situação social de origem exigiriam um ajustamento do indivíduo para tais

¹⁰ “A parte mais importante e mais ativa (escolarmente) da herança cultural, quer se tratando da cultura livre ou da língua, transmite-se de maneira osmótica, mesmo na falta de qualquer esforço metódico e de qualquer ação manifesta, o que contribui para reforçar, nos membros da classe culta, a convicção de que eles só devem aos seus dons esses conhecimentos, essas aptidões e essas atitudes, que, desse modo, não lhes parecem resultar de uma aprendizagem” (Bourdieu, 2010 (a),pg. 47)

circunstâncias, porém ainda apoiado nas referências originais. Dessa forma, os indivíduos, agindo de modo a representar a classe na qual foram socializados, tendem a reproduzir a estrutura social, consolidando a sua posição pessoal nela. Assim, o *habitus* se consolida como uma representação própria da sua posição social e o capital cultural como uma dimensão deste.

Pode-se entender o *habitus* como um senso prático que permite aos indivíduos adaptar-se a situações. O conceito permite falar de classe social, não de forma abstrata, mas como incorporação de atitudes que caracterizam uma classe.

Por fim, salienta-se que o conceito de *habitus* de Bourdieu é um instrumento de análise macrossociológico possibilitando a compreensão de uma estrutura social, porém não determinista ou capaz de sugerir uma previsão de toda e qualquer atitude do sujeito a partir da classe social a que pertence. O *habitus* de classe sugere tendências, ou seja, o que é compartilhado entre os membros de determinado grupo social. São disposições, modos semelhantes de perceber e avaliar situações, gerando um leque diversificado de práticas. O *habitus* não determina rigidez nas práticas.

O “recrutamento” das escolas de ensino superior favorece a classe alta. Os mecanismos de seleção/exclusão são os resultados obtidos no ensino formal. As diferenças de êxitos não residem, como o senso comum ou a teoria funcionalista costuma atribuir, apenas nas diferenças pessoais, mas também no capital cultural da família. Portanto, o maior obstáculo que as classes inferiores têm para acompanhar os estudos acadêmicos não é econômico, mas cultural. Assim, em sala de aula, os estudantes de famílias ricas se destacam a partir de seu capital cultural e sua facilidade de acesso à cultura escolar, o que leva os professores a classificá-los como mais capazes, habilidosos ou interessados, quando comparados aos estudantes da classe trabalhadora, que têm de se esforçar para obter o conhecimento transmitido nas escolas (BONAL, 1998).

Ou seja, o tipo de cultura global da família tem maior peso em influenciar o rendimento do aluno do que seu nível de renda, ainda que ambos tendam a se associar. A “nobreza cultural” seria um fator importante para determinar o grau de escolaridade dos indivíduos. Não só o nível dos pais, mas o dos avôs também contribuiriam para a herança cultural. As histórias de êxito de indivíduos de famílias simples que chegam ao ensino superior servem para legitimar ainda mais o processo, pois se tornam fatos que

corroboram a ideologia meritocrática e acabam por servir de exemplo¹¹. Esses casos ocorreriam, segundo o autor, em função de indivíduos que “parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global como por seu tamanho” (BOURDIEU, 2010a, p. 42).

O sistema permitiria, da mesma forma, o fracasso de filhos da elite cultural, pois o nível de instrução das famílias indica apenas o tipo cultural da família, sem indicar de que forma esse é transmitido. Como o ambiente familiar não é garantia desta transmissão e incorporação destes hábitos, indicações de efetivas práticas individuais que se configurem como de alta cultura, é tão importante quanto avaliar o nível de educação formal dos pais, porém este recebe mais atenção dos pesquisadores.

Portanto, a reprodução das desigualdades começaria na socialização familiar e teria sua legitimação na escola através dos professores, que de forma involuntária valorizam alunos que demonstram incorporada a cultura dominante. Deve-se levar em conta ainda que os indivíduos não são limitados às disposições da sua classe de origem, como já foi apontado por Lahire (2002). De acordo com o autor, ao analisar a experiência individual deve-se levar em conta as diferentes influências que os indivíduos podem sofrer do meio social. As diferentes influências são articuladas de forma particular. Porém, deve-se lembrar que o acesso a diferentes práticas é limitado por diversas razões – econômicas, sociais ou políticas - e sociedades com características tradicionais ou mais rígidas, no que tange a difusão de informações, estão mais próximas do esquema de reprodução proposto por Bourdieu.

¹¹“O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons. (Bourdieu, 2010 a, pg. 59)

Indicadores e Procedimentos de Análises

Os indicadores utilizados para caracterizar a população e para as análises de regressão serão os seguintes:

- Acesso ao ensino superior (variável dependente): variável dicotômica, discriminada entre acesso (1) e não acesso (0) ao ensino superior. A população considerada foram os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, incluídos tanto os que declararam estar estudando, quanto os que já haviam completado o ensino superior.
- Sexo: como outros estudos já demonstraram (FERNANDES, 2001; SILVA, 2003, por exemplo), o sexo do estudante costuma influenciar seus resultados escolares. No caso do modelo utilizado, se o estudante é mulher, seu valor é 1 e caso seja homem, é 0.
- Raça/cor: como demonstrado em FERNANDES (2001) a raça/cor também apresenta influência nos resultados. Sendo assim, optou-se por fazer distinção apenas se o estudante declarou-se preto ou pardo (=1) ou branco (=0);
- Idade: a regressão indica a influência do indicador para cada ano a mais do indivíduo.
- Família monoparental ou biparental: Servirá como medida de capital social. Apenas dois tipos de arranjos familiares foram considerados - famílias monoparentais ou biparentais -, na medida em que o excesso de classificações poderia comprometer o modelo. Foram classificados assim como monoparentais (=1) as famílias onde só há a presença de um dos pais e biparental (=0) quando há a presença de ambos¹². Indicador da capacidade de acompanhamento, tanto da escola como do desempenho dos filhos.
- Número de moradores: o número de moradores é uma variável que sugere o número de pessoas que têm que dividir o espaço e com as quais têm que se repartir os recursos disponíveis. Também servirá como medida de capital social.
- Escolaridade do responsável: a escolaridade do responsável dá uma ideia do “clima cultural” do domicílio, servindo portanto como medida de de capital cultural familiar. A literatura aponta que, tendencialmente, quanto maior a escolaridade dos pais, maior a importância dada à formação acadêmica e maiores as possibilidades de acompanhamento escolar (SILVA e HASENBALG, 2001; SCHERGER e SAVAGE, 2010).

¹² A PAD/MG não diferencia no seu questionário filhos de enteados. Portanto a presença de companheiro/a do responsável pelo domicílio classifica o tipo de arranjo.

- Capital cultural individual: o escore de capital cultural usado no segundo modelo de regressão, que inclui as seguintes variáveis:

Tabela 1: Indicadores Componentes do Escore de Capital Cultural (capital cultural individual)

Variável	Valores (em dias)
Quantos dias na semana lê livros	0 a 8
Quantas vezes por mês vai ao cinema	0 a 30
Quantas vezes por ano vai a bibliotecas	0 a 365
Quantas vezes por ano vai a museus	0 a 365
Quantas vezes por ano vai a teatros	0 a 365
Quantas vezes por ano vai a concertos	0 a 365
Quantas vezes por ano vai a show de música popular	0 a 365
Quantas vezes por ano via a espetáculos de dança	0 a 365

Fonte: PAD/MG 2009. Fundação João Pinheiro. Elaboração própria

As variáveis foram escolhidas a partir da definição de capital cultural de Pierre Bourdieu (2010b), onde tais atividades - consideradas como cultura da classe dominante – geram disposições que proporcionam melhor desenvoltura na educação formal. O escore foi construído a partir de análise fatorial¹³, auxiliado por modelo explicado por Bezerra (2011), e consiste numa escala de pontuação, sendo que o menor número representa a menor frequência possível no universo da amostra às atividades listadas e, o maior, a frequência mais alta¹⁴.

- Renda Domiciliar Per Capita: O capital econômico se refere à quantidade de recursos financeiros disponíveis no domicílio para o investimento na educação dos filhos. Os ganhos do domicílio foram divididos entre os membros para se obter valores por pessoa.

¹³O uso de análise fatorial se justifica pois não é possível medir de forma direta a variável de capital cultural individual pois ela é composta por diversas variáveis que compõem uma espécie de escala. O capital cultural individual é uma variável complexa que só pode ser medida a partir de outras variáveis. “A Análise Fatorial (AF) é uma técnica estatística que busca, através da avaliação de um conjunto de variáveis, a identificação de dimensões de variabilidade comuns existentes em um conjunto de fenômenos; o intuito é desvendar estruturas existentes, mas que não observáveis diretamente.” (BEZERRA, 2011, p. 74)

¹⁴A análise fatorial exploratória indicou uma redução das oito variáveis a três fatores. Estes foram transformados num índice de capital cultural.

Caracterização da População

Como exposto anteriormente, a amostra utilizada foi a população com idade entre 18 e 24 anos com o ensino médio completo, que corresponde a 2972 indivíduos, num universo de 54570 do total da amostra.

Entre os domicílios incluídos na amostra, 87,3% estão localizados nas regiões urbanas e 12,7% nas regiões rurais (Tabela 2). Entre a população que participa da amostra, por volta de 50% (53%) tem até 21 anos de idade, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da população da amostra de acordo com a idade – MG/2009

Idade	%	% Acumulado
18	8,6	8,6
19	12,4	21,0
20	16,2	37,2
21	15,8	53,0
22	16,1	69,0
23	15,9	85,0
24	14,0	100

Fonte: PAD/MG 2009. Fundação João Pinheiro. Elaboração própria

A Tabela 3 apresenta a distribuição da amostra de acordo com a raça ou cor declarada pelo entrevistado e demonstra que a maior parte da população se declarou branca (50,6%) ou parda (40,2%).

Tabela 3: Distribuição da população da amostra de acordo com raça ou cor declarada - MG/2009

Raça/cor	%
Branca	50,6
Preta	8,2
Parda	40,2
Amarela	0,7
Indígena	0,1
NS / NR	0,2

Fonte: PAD/MG 2009. Fundação João Pinheiro. Elaboração própria

Para os testes de regressão, a população foi dividida entre “brancos” e “não brancos”, sendo desconsiderados os que se declararam amarelos, indígenas ou os que não responderam à pergunta (NS/NR e S.I.).

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos domicílios da pesquisa de acordo com o tipo de arranjo domiciliar (TAD), monoparental ou biparental, assim como a média de moradores por domicílio em cada um dos tipos.

Tabela 4: Distribuição da população de acordo com o tipo de arranjo domiciliar (TAD) e número médio de moradores nos domicílios- MG/2009

TAD	%	Média de moradores
Monoparental	33,3	3,71
Biparental	66,7	4,30
Total	100,0	3,63

Fonte: PAD/MG 2009. Fundação João Pinheiro. Elaboração própria

A Tabela 5 apresenta os anos de estudo completos dos indivíduos que se declararam responsáveis pelos domicílios. A maior parte da população (59,8%) cursou até o 8º ano do ensino fundamental, sendo que uma parte menor (27,4%) concluiu o ensino médio. A média de anos de estudo dos responsáveis foi de 6,9 anos. Apenas 2,9% dos responsáveis pelos domicílios incluídos na amostra, declararam ter ensino superior completo.

Tabela 5: Anos de estudos completos dos responsáveis pelos domicílios da amostra - MG/2009

Anos de estudos completos	%	% acumulado
0	4,5	4,5
1	1,5	6,0
2	3,2	9,2
3	4,1	13,3
4	18,1	31,4
5	4,8	36,2
6	2,9	39,1
7	3,9	43,0
8	10,8	53,8
9	1,5	55,4
10	2,0	57,4
11	28,6	85,9
12	1,4	87,3
13	2,0	89,4
14	1,3	90,7
15	6,9	97,6
16	2,4	100

Fonte: PAD/MG 2009. Fundação João Pinheiro. Elaboração própria

Resultados da Regressão – Modelo 1

Primeiramente procedeu-se a uma análise de classificação. O que quer dizer que, ao se classificarem todos os indivíduos da amostra como 0 (sem acesso ao ensino superior), ter-se-ia 71,3% de chance de indicar corretamente a situação de cada indivíduo. Como já se sabia de antemão, a quantidade de indivíduos que frequentam ou frequentaram o ensino superior é reduzida e, portanto, o resultado é o esperado. O que se pretende com o modelo é uma indicação das chances de cursar o ensino superior de acordo com o comportamento das variáveis independentes. De qualquer forma, o modelo demonstrou um aumento de 5,8% na capacidade de previsão. A Tabela 6 apresenta os resultados do modelo 1.

Tabela 6: Modelo 1: chances de acesso ao ensino superior para a população de 18 a 24 anos– Minas Gerais 2009

Variáveis no modelo	B	Sig.	Exp(B)
Raça/cor	- 0,555	0,00	0,574
Sexo	- 0,339	0,00	0,712
Idade	0,192	0,00	1,212
Tipo de arranjo familiar	0,225	0,00	1,252
Número de pessoas no domicílio	0,039	0,00	1,039
RDPC	0,053	0,00	1,055
Anos de estudo do responsável pelo domicílio	0,152	0,00	1,164
Constante	- 6,486	0,00	0,002

Fonte: Elaboração própria.

Para se interpretar corretamente a Tabela 6 e as posteriores, algumas explicações são relevantes. Primeiramente, o valor de “B” (beta, primeira coluna da tabela) é o coeficiente de regressão para cada uma das variáveis da tabela. Uma variável com o coeficiente negativo contribui para reduzir a probabilidade de realização do evento que está sendo medido, neste caso, o acesso a um curso de educação superior; a coluna “Sig” apresenta os resultados do teste de significância de cada variável; e, por fim, a coluna “Exp(B)” (exponencial de beta) apresenta o resultado do coeficiente do modelo elevado ao valor coeficiente “B”.

Primeiro nota-se que todas as variáveis independentes são significativas para um teste de significância padrão de 0,05. A partir dos coeficientes da Exp(B) pode-se criar um modelo que prediz as chances de um indivíduo “i” cursar o ensino superior. Esse valor dá idéia do peso de cada uma das variáveis para o modelo, sendo que se pode obter a probabilidade “P” de um indivíduo “i” ter acesso ao ensino superior. As estimativas das probabilidades são obtidas a partir da fórmula $100(1-\text{Exp}(b))$. Por exemplo, a variável “sexo” apresentou coeficiente negativo, o que significa que uma variação positiva da variável (no caso ser homem) contribui para diminuir a probabilidade de cursar o ensino superior¹⁵. Desta forma, tem-se o seguinte:

- A raça/cor provoca variação negativa;
- O tipo de família provoca variação positiva;
- Uma variação no número de pessoas do domicílio aumenta as chances de acesso;
- Uma variação positiva na renda familiar aumenta as chances de acesso;
- Uma variação positiva nos “anos de estudos do responsável” aumenta as chances .

¹⁵ A fórmula padrão para a probabilidade “P” de obter sucesso num evento calculada pela regressão logística é $P(\text{evento}) = \frac{1}{1+e^{-\Sigma}}$, onde Σ é a soma dos resultados dos coeficientes das variáveis da equação.

Resultados do Modelo 2 – Inclusão dos indicadores de Capital Cultural Individual

Proceder-se à análise com a inclusão do escore de capital cultural criado a partir de análise fatorial. A análise fatorial exploratória dos oito indicadores selecionados resultou em uma redução de três fatores, que compõe um escore de Capital Cultural Individual. Assim sendo, o Modelo 2 trata da mesma fórmula de regressão logística aplicada anteriormente no Modelo 1 acrescida da medida de capital cultural.

Dessa forma, tem-se na tabela 8 as comparações dos resultados dos dois modelos de regressão para as chances de cursar o ensino superior.

Tabela 7: Comparação entre as variáveis do modelo 1 e 2 para acesso ao ensino superior (G2)

Variáveis no modelo	Modelo 1			Modelo 2		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Raça/cor (branco referênci	- 0,555	0,00	0,574	- 0,551	0,00	0,576
Sexo (masculino referênci	- 0,339	0,00	0,712	- 0,271	0,00	0,763
Idade	0,192	0,00	1,212	0,232	0,00	1,261
Tipo de arranjo familiar (monoparental referênci	0,225	0,00	1,252	0,142	0,00	1,153
Número de pessoas no domicílio	0,039	0,00	1,039	0,057	0,00	1,059
RFPC	0,053	0,00	1,055	0,038	0,00	1,039
Anos de estudo do responsável pelo domicílio	0,152	0,00	1,164	0,137	0,00	1,147
Capital Cultural	-	-	-	0,840	0,00	2,316
Constante	- 6,486	0,00	0,002	-7,327	0,00	0,001

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 7 indica que a inclusão das variáveis de capital cultural individual não prejudicou o modelo. Os valores dos testes de significância das variáveis independentes permaneceram. O Capital Cultural Individual demonstrou um peso

significativo em comparação com as outras variáveis, sugerindo que os hábitos culturais são importantes na determinação do acesso ao ensino superior.

A Tabela 8 mostra como o modelo 2 se comporta quando controlado por nível de renda. Esse processo permite verificar se o efeito do capital cultural tende a ser o mesmo para todos os níveis econômicos, o que confirmaria a hipótese de que o capital cultural representa um recurso importante para o desempenho escolar, principalmente no caso de indivíduos de baixa renda (que não teriam acesso ao capital cultural incorporado).

Tabela 8: Comparação entre os resultados da regressão controlados por nível de renda para acesso ao ensino superior

Variáveis no modelo	Decis de RDPC									
	1		2		3		4		5	
	B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)
Raça/cor	-0,242	0,785	-1,173	,310	-0,334	0,716	-0,230	0,795	-0,766	0,465
Sexo	-0,177	0,838	-0,345	,708	-0,440	0,644	-0,413	,662	-0,069	0,933
Idade	0,165	1,180	0,216	1,241	0,187	1,206	0,309	1,363	0,304	1,355
Tipo de arranjo familiar	0,179	1,196	0,693	2,000	-0,085	0,919	-0,127	,880	-0,023	0,977
Número de pessoas no domicílio	0,027	1,027	-0,148	,863	0,124	1,132	0,104	1,110	0,100	1,105
Anos de estudo do responsável	0,157	1,170	0,070	1,073	0,141	1,151	0,134	1,144	0,158	1,171
Capital Cultural	1,489	4,432	0,738	2,092	1,268	3,553	1,053	2,865	0,370	1,448

Fonte: Elaboração própria.

Entre todos os níveis de renda, a variável que demonstrou maior importância e significância para determinação do acesso ao ensino superior foi o Capital Cultural. Esta variável, como foi observada anteriormente, é uma medida de Capital Cultural Individual e representa à frequência com que o indivíduo realiza atividades consideradas ligadas a alta cultura, ou seja, indica a familiaridade com a cultura escolar a qual o jovem estaria exposto.

Apesar de não ter peso considerável para os 20% mais ricos, o Capital Cultural chama atenção como uma variável com influência para determinar o alcance educacional ao curso superior para os 20% de renda mais baixa, demonstrando ser uma variável que soma probabilidade significativa de frequentar o curso superior para esse grupo, corroborando a hipótese exposta anteriormente.

Considerações Sobre os Resultados do Trabalho

Retomando o que foi exposto anteriormente, os resultados obtidos nas análises de regressão demonstraram que, apesar de não determinar o acesso ao ensino superior, os recursos familiares têm influência no acesso ao ensino superior dos jovens. Dentre estes recursos, o Capital Cultural cria nos indivíduos as predisposições necessárias para que se adequem ao sistema escolar através de um *habitus* de classe ligado à cultura dominante. Apesar de ter estreita relação com a alocação de *status* social das famílias dos indivíduos, tal *habitus* não se limita apenas à herança produzida por estas, todavia se estende a todos os possíveis ambientes de socialização dos jovens, inclusive a própria escola. O objetivo deste trabalho foi testar a força explicativa da hipótese segundo a qual o capital cultural - quando comparado com outros recursos familiares considerados importantes pela literatura - influencia as chances de acesso ao ensino superior.

Entre as características pessoais, tanto a raça como o gênero do respondente, demonstraram-se importantes. Como outros trabalhos já haviam demonstrado (FERNANDES, 2001; SILVA e HASENBALG, 2000 e 2002), indivíduos que se declararam pretos ou pardos obtêm os piores indicadores, quando comparados aos que se declararam brancos. No caso deste trabalho, isto indica que o primeiro grupo tem menores chances de acesso ao ensino superior. O mesmo ocorre entre mulheres e homens: as mulheres têm maiores chances de cursar o ensino superior. Os efeitos de ambas as variáveis se altera à medida que observa-se seus efeitos em estratos de renda diferentes. Enquanto o efeito da raça/cor aumenta a medida que se sobe de estrato, o efeito do sexo tende a diminuir.

As variáveis de capital social não indicaram resultados intuitivos. Domicílios monoparentais apresentaram um aumento nas chances de acesso à universidade, assim como o acréscimo no número de pessoas residentes aumentaria a chance também. Em um primeiro momento cogitou-se a possibilidade de que este poderia ser um indicador de que na amostra utilizada, cuja idade varia entre 18 e 24 anos, estava enviesada por uma maioria de indivíduos que já haviam saído da casa dos pais, possivelmente dividindo espaço de moradia com outros estudantes. Isto explicaria os resultados tanto do número de indivíduos morando juntos como na classificação do domicílio como monoparental - já que a classificação foi feita de acordo com a declaração do responsável pelo domicílio residir ou não com companheiro ou companheira. Acontece que apenas **10%** dos

entrevistados declararam-se responsáveis pelo domicílio e mais de 70% indicaram serem filhos ou netos do responsável. Portanto, dificilmente esses 10% seriam capazes de influenciar toda a amostra. Alternativamente, o que esses indicadores podem apontar são casos de superseleção similares aos explorados em “A Reprodução” (BOURDIEU e PASSERON, 2008): enquanto tais indicadores representam barreiras nos anos iniciais de ensino, os indivíduos que superam tais dificuldades têm suas chances equiparadas, ou até elevadas, de cursarem o ensino superior às daqueles que apresentam “vantagem na largada”.

Os indicadores de capital econômico demonstraram a hipótese de partida desse trabalho de que há desigualdade de acesso ao ensino superior em função da alocação socioeconômica. Quanto maior a renda familiar *per capita*, maiores as chances de acesso ao ensino superior.

De acordo com o que foi exposto no trabalho, o resultado relacionado ao acesso ao Capital Cultural chama atenção, pois pode evidenciar um aspecto da seleção do sistema de ensino ligado à cultura dominante. O acesso ao ensino superior constitui o último obstáculo das barreiras da educação formal, sendo que os níveis básicos de ensino apresentaram índices maiores de frequência, a diferenciação maior reside no diploma de graduação. O acesso à universidade dá sinais de que ainda é ligada a reprodução social de desigualdades de classe. Esses resultados parecem ter maior força explicativa quanto menor o nível de renda dos indivíduos, em especial a influência do nível de escolaridade do responsável e do Capital Cultural, dando indicações que pode de fato, influenciar as chances dos indivíduos de ingressar no curso superior, resultando em superação de desvantagens iniciais ligadas ao ambiente familiar.

O que se propôs neste trabalho foi à operacionalização de um conceito de capital cultural ligado a práticas culturais da elite econômica e intelectual, elaborado por Pierre Bourdieu. Não se pode entender a partir desta incursão que o Capital Cultural é a variável mais importante na determinação de acesso às universidades. Porém o resultado chama atenção já que se demonstrou positivo e indica certa persistência da valorização de uma cultura erudita.

Entre as atividades consideradas neste trabalho o “gosto” pela leitura, é uma das características mais facilmente distinguíveis entre as pessoas, que é valorizado pela sociedade como atividade ligada à inteligência e foi a que obteve maiores resultados isolados entre as atividades, tendo um peso diferenciado na construção do índice

Deve-se recordar a contribuição de Bernstein (1996) que propôs, assim como Bourdieu e Passeron (2008), a respeito do domínio da linguagem: a instituição escolar reproduz uma linguagem que não é acessível a todas as classes sociais. O hábito de leitura enriqueceria o vocabulário dos indivíduos e contribuiria para a sua capacidade de decodificar o que está sendo ensinado em sala de aula garantindo melhor desempenho.

Por fim, é importante de salientar que a presente pesquisa não exclui o papel da instituição escolar. O intuito de separar os recursos familiares e o que chamou-se de Capital Cultural Individual se deve ao fato de que não só os indivíduos estão sujeitos a diferentes ambientes de socialização, mas também que a escola é um destes. A escola não precisa ser apenas um ambiente onde a cultura dominante é valorizada, mas também um ambiente onde ela é relativizada. O problema se constitui quando a escola faz vistas grossas às diferenças provenientes do ambiente de origem, passando a valorizar os alunos que trazem uma herança familiar mais robusta em termos culturais e desvalorizando os alunos que apresentam dificuldades. Porém, admite-se que algumas das relações entre os diferentes fatores que influenciam o desempenho no sistema escolar podem ser mais fortes do que outras, dependendo do sistema escolar, da escola ou de outras características. Não se trata de um sistema isolado, onde o resultado em um único fator é o suficiente para determiná-lo. A escola pode efetivamente influenciar nesses resultados ao promover práticas que não transformem o processo de educação em algo mecânico e automático, porém reflexivo e que tenda a estimular práticas que forneçam os mecanismos necessários para um bom desempenho, tendo em vista as especificidades de cada grupo de indivíduos.

Bibliografia

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010 (a), pp. 39-64.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010b, pp. 71-80.

_____. O futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010c, pp. 81-126.

_____. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010d, pp. 127-147.

_____. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 2010e, pp. 229-238.

BOURDIEU, P. ; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FERNANDES, D. C. – Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. In: IPEA/Caixa – *Publicação do Concurso de Monografias*, 2001;

Fundação João Pinheiro. *Domicílios com crianças e adolescentes: recursos familiares e demandas nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 2011.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v.43, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Mar. 2011

. Recursos familiares e transições educacionais. In: *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2002, vol. 18 (Suplemento), pp. 67-76. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700008&lng=en&nrm=iso Acesso em 20 de março de 2011.

SILVA, N.V.; HASENBALG, C. Recursos familiares e transições educacionais. In: *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2002, vol. 18 (Suplemento), pp. 67-76. Rio de Janeiro

SCHERGER, S; SAVAGE, M. Cultural transmission, educational attainment and social mobility. In: *The Sociological Review*, volume 58, nº3, pp. 406-428, agosto de 2010.